

RESERVA EXTRATIVISTA "CHICO MENDES" A Socioeconomia 25 anos depois


EDITORA
OMNIS SCIENTIA

Organizadores:
Raimundo Cláudio G. Maciel
João Alfredo de C. Mangabeira
José Roberto Kassai

RESERVA EXTRATIVISTA "CHICO MENDES" A Socioeconomia 25 anos depois



EDITORA
OMNIS SCIENTIA

Organizadores:
Raimundo Cláudio G. Maciel
João Alfredo de C. Mangabeira
José Roberto Kassai

Editora Omnis Scientia

RESERVA EXTRATIVISTA “CHICO MENDES”
A Socioeconomia 25 anos depois

Volume 1

1ª Edição

TRIUNFO - PE
2021

Editor-Chefe

Me. Daniel Luís Viana Cruz

Organizadores

Raimundo Cláudio G. Maciel

João Alfredo de C. Mangabeira

José Roberto Kassai

Conselho Editorial

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Dr. Wendel José Teles Pontes

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior

Dr. Cássio Brancalone

Dr. Plínio Pereira Gomes Júnior

Editores de Área - Ciências Agrárias

Dr. Álefe Lopes Viana

Dr. Luis de Souza Freitas

Dra. Marcia Helena Niza Ramalho Sobral

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior

Assistente Editorial

Thialla Larangeira Amorim

Imagem de Capa

Os autores

Edição de Arte

Vileide Vitória Larangeira Amorim

Revisão

Os autores



**Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição-
NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.**

**O conteúdo abordado nos artigos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

R433 Reserva extrativista “Chico Mendes” [livro eletrônico] / Organizadores Raimundo Cláudio G. Maciel, Joao Alfredo de C. Mangabeira, José Roberto Kassai. – Triunfo, PE: Omnis Scientia, 2021. 162 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-88958-54-4

DOI 10.47094/978-65-88958-54-4

1. Reserva extrativista. 2. Agricultura familiar. 3. Florestas sustentáveis. I. Maciel, Raimundo Cláudio G. II. Mangabeira, Joao Alfredo de C. III. Kassai, José Roberto.

CDD 333.751

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora Omnis Scientia

Triunfo – Pernambuco – Brasil

Telefone: +55 (87) 99656-3565

editoraomnisscientia.com.br

contato@editoraomnisscientia.com.br



AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao grupo de pesquisa do projeto “Análise Socioeconômica de Sistemas de Produção Familiar Rural no Estado do Acre”, denominado ASPF, que, nos últimos 25 anos, vem desenvolvendo pesquisas relacionadas à produção familiar rural na região acreana, entre outros temas e assuntos correlatos à economia dos recursos naturais, meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Agradecemos, dessa forma, todos os alunos de graduação e pós-graduação, de diversos cursos (Economia, Agronomia, Engenharia Florestal, História, Análise de Sistemas e Geografia) da UFAC, bem como os professores e pesquisadores que contribuíram de alguma forma para a consolidação da metodologia do projeto ASPF.

Agradecemos à Universidade Federal do Acre (UFAC) pelo apoio institucional, a partir do extinto Departamento de Economia, atualmente incorporado ao Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), além das Pró-Reitorias de Pesquisa (PROPEG) e Extensão (PROEX) e do setor de transportes.

Agradecemos o apoio financeiro concedido pelas instituições: Universidade Federal do Acre (UFAC), Fundação Ford (F.F.), Banco da Amazônia S/A (BASA), Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), Governo do Acre, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AC, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/Acre), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além da Fundação Instituto de Biodiversidade e Manejo de Ecossistemas da Amazônia Ocidental (BIOMA) à Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino e Desenvolvimento à Pesquisa e Extensão Universitária no Acre (FUNDAPE), pela gestão dos recursos quando necessária, como foi para o último levantamento, em parceria com a *Veja Fair Trade* e financiado por *Partnerships for Forests*.

Agradecemos às comunidades pesquisadas nos municípios de Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil e Plácido de Castro, do Acre, pelas contribuições na construção da metodologia de pesquisa e paciência dispensada na ocasião das entrevistas.

Agradecemos às entidades parceiras das áreas extrativistas: diversas associações de moradores e produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri (AMOPREX), Assis Brasil (AMOPREAB), Brasiléia (AMOPREB), Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE), Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre (FETACRE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Sindicato do Trabalhadores Rurais (STR), que muito contribuíram para a realização deste trabalho, seja nas discussões iniciais sobre a metodologia da pesquisa, seja na aproximação da equipe do projeto com as comunidades pesquisadas, bem como no apoio logístico e de campo.

APRESENTAÇÃO

‘No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiros. Depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora percebo que estou lutando pela humanidade’ – Chico Mendes¹

O legado de Chico Mendes continua vivo! Mesmo com todos os percalços e dificuldades, os agroextrativistas da Reserva Chico Mendes - RESEX - continuam firmes na luta pela preservação do legado de Chico Mendes, em um esforço para manter a floresta em pé, produzindo sem que sua conservação seja afetada. É o que demonstram os resultados das pesquisas conduzidas nos últimos 25 anos, ora apresentadas nesse livro.

Os capítulos deste livro mostram que a floresta é a razão de ser das RESEX. Ela faz parte dos valores culturais dos agroextrativistas, está institucionalizada na legislação desse tipo de unidade de conservação e nos planos de manejo florestais. A floresta em pé leva sustento às famílias e, dessa forma, sua conservação é fundamental. Além disso, com quase um milhão de hectares, a RESEX Chico Mendes vem cumprindo com seu papel de proteção ambiental, pois funciona como uma espécie de barreira para os desmatamentos na região. Apesar do crescimento do desmatamento verificado nos últimos anos, a RESEX Chico Mendes mantém mais de 90% de sua cobertura florestal e corrobora a tese de que as áreas protegidas funcionam como barreiras ao avanço do desmatamento.

As unidades de conservação, como é o caso da RESEX Chico Mendes, surgiram como forma de solucionar os problemas relacionados à luta pela posse da terra na região amazônica, bem como às questões ambientais derivadas das atividades insustentáveis, como a produção de madeira e pecuária de gado bovino. Seriam um modelo de desenvolvimento sustentável para a conservação da floresta, trazendo uma nova mentalidade sobre o estilo de desenvolvimento para a região amazônica. Depois de 30 anos da implantação da RESEX Chico Mendes, percebe-se que a prudência ecológica e a justiça social, que são dimensões primordiais do desenvolvimento sustentável, junto com a eficiência econômica, foram bem encaminhadas na região. Tal processo vem sendo analisado pelas pesquisas conduzidas por intermédio da inovadora metodologia do grupo de pesquisa “Análise Socioeconômica de Sistemas de Produção Familiar Rural no Estado do Acre”, denominado ASPF, da Universidade Federal do Acre que, nos últimos 25 anos, vem desenvolvendo pesquisas específicas relacionadas à produção familiar rural na região acreana.

¹ Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes (1944-1988) foi um líder seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro. Lutou pela preservação da Floresta Amazônica e suas seringueiras nativas. Recebeu da ONU o Prêmio Global de Preservação Ambiental. Cf. https://www.ebiografia.com/chico_mendes/

Os trabalhos apresentados evidenciam que o agricultor familiar rural assentado na RESEX Chico Mendes ainda encontra dificuldades produtivas. Essas dificuldades geram gargalos que comprometem a eficiência econômica produtiva e podem ser explicados pelo baixo índice de eficiência reprodutiva o que significa, provavelmente, a migração de membros da família do campo para atividades assalariadas fora das unidades produtivas familiares, uma vez que os produtores consideram mais rentável assalariar-se fora da Unidade Produtiva Familiar do que trabalhar na sua localidade. Ou seja, tais gargalos comprometem a eficiência econômica das atividades produtivas sustentáveis, com impactos diretos na geração de emprego e renda entre as famílias extrativistas.

Assim, a efetividade da RESEX Chico Mendes está em cheque frente às mudanças culturais que vêm ocorrendo ao longo do tempo. O desafio que se impõe, por um lado, é o de resgatar a mentalidade original dos extrativistas das RESEX, com a valorização dos produtos extrativistas tradicionais. Por outro lado, mais estudos são necessários para avaliar quais ações seriam mais eficazes no sentido de equacionar a mentalidade original com as “novas mentalidades”. Para viabilizar a atividade agroextrativista, que é o principal meio de subsistência das famílias, é fundamental que os produtores disponham de uma dinâmica ‘inovativa’ direcionada à ampliação dos investimentos dentro dos sistemas de produção. Outro gargalo a ser superado é a governança fundiária, dadas às dimensões da região que geram dificuldades de monitoramento e de fiscalização das diversas atividades e dos diversos atores envolvidos nas instituições responsáveis pela gestão da área.

O cenário encontrado dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes acena para a formulação de políticas públicas específicas e voltadas para o incentivo e fortalecimento da produção e da renda rural, por meio do acesso às tecnologias e da exploração sustentável dos recursos naturais, de modo a garantir a reprodução social das famílias na floresta. Estudos a respeito da geração e distribuição de renda entre as comunidades florestais são essenciais a fim de que políticas adequadas, voltadas para o incentivo de alternativas produtivas sustentáveis, sejam implementadas e conduzidas em consonância com os preceitos do desenvolvimento sustentável e das propostas de criação das Reservas Extrativistas.

Considerando tantos desafios, o convite para participar da organização desse livro constitui uma esperança de que essa obra possa dar continuidade ao legado de Chico Mendes e agregar outras ações, atividades e projetos em parceria com o grupo de pesquisa da Universidade do Acre e das instituições organizadas na RESEX Chico Mendes. O intercâmbio e a cooperação técnico-científica e cultural podem promover a produção, a disseminação de conhecimentos e o desenvolvimento de tecnologias ‘inovativas’ e soluções tecnológicas de gestão territorial capazes de gerar índices multicritério de sustentabilidade, com vistas ao fortalecimento das famílias e da juventude rurais, agricultores, lideranças comunitárias e agentes multiplicadores da assistência técnica e extensão rural da Amazônia, por meio de ações de capacitação e treinamento e de inclusão geodigital.

Agradecemos, com o coração preenchido pelo espírito da floresta, o convite para participar dessa parceria e organização do livro ao Doutor Raimundo Cláudio Gomes Maciel - Professor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA/UFAC) e Coordenador do Projeto ASPF e à Daniela Maciel Pinto, analista da Embrapa Territorial e integrante de equipe técnica do Acordo de Cooperação Técnica Embrapa Territorial e Fipecafi, pela organização da publicação do livro.

João Mangabeira – Pesquisador da Embrapa e Responsável Técnico pelo Convênio Embrapa Territorial e Fipecafi - joao.mangabeira@embrapa.br

José Roberto Kassai – Professor da FEA-USP, Coordenador do NECMA/USP e Responsável Técnico pelo Convênio Embrapa Territorial e Fipecafi- jrkassai@usp.br

INTRODUÇÃO

O início das pesquisas na Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes foi planejado com a formulação do projeto de pesquisa “Análise Econômica dos Sistemas de Produção Familiar Rural da Região do Vale do Acre”, denominado “ASPF”, em 1996, capitaneado pelo prof. José Fernandes do Rêgo, no Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre (UFAC).

A pesquisa buscava medir o desempenho econômico dos sistemas de produção familiares extrativista, agrícola e agroflorestal e proceder a sua comparação, buscando avaliar não somente a persistência do extrativismo em novas bases, mas, também, propor, a partir dos elementos entre os sistemas existentes, a composição de um sistema de produção alternativo e sustentável, tendo por base o que o prof. Rêgo chamou de “neoextrativismo”².

O primeiro levantamento realizado pelo projeto ASPF foi referente ao ano agrícola de 1996/997, constituindo-se no marco zero, a partir do qual seria possível acompanhar, usando a mesma metodologia, a eficácia das políticas públicas de estímulo ao extrativismo e à agricultura familiar ao longo do tempo. Destaca-se a inovadora e inédita metodologia desenvolvida no projeto, sendo adequada e específica para a agricultura familiar na região e dentro das condições amazônicas.

Ademais, com o imenso banco de dados colocados à disposição dos pesquisadores e gestores públicos, abriu-se várias possibilidades de investigação referentes à pesquisa econômica sobre a produção familiar rural na Amazônia, tendo em vista os problemas suscitados pela pesquisa.

Cabe destacar que todo o processo de construção da metodologia de pesquisa, definição das áreas, amostragem e outros procedimentos, foi realizado de forma amplamente participativa, com as entidades representativas (associações, sindicatos e cooperativas, CNS e FETACRE), as lideranças e a própria comunidade, além das entidades governamentais, como diversas secretarias de produção e meio ambiente, IBAMA, ICMBio INCRA, entre outras, que se tornaram parceiros do projeto.

No período de 1999/2000, o projeto ASPF ampliou sua área de abrangência para todo o estado acreano, com pesquisas na região do Vale do Juruá. Além disso, no processo de consolidação de sua metodologia, foram incorporados indicadores sociais e ambientais aos indicadores de desempenho das unidades de produção rural familiares, expressos no levantamento de 2005/2006, no Vale do Acre e 2006/2007, no Vale do Juruá.

A partir desses levantamentos, tinha-se um imenso banco de dados com informações socioeconômicas e ambientais para o período de uma década, que poderia subsidiar pesquisadores e políticas públicas para a resolução de diversos problemas identificados nas diversas regiões pesquisadas.

A RESEX Chico Mendes faz parte das áreas representativas do sistema de produção extrativista da pesquisa do projeto e, por ser uma área emblemática, suscitou, com mais intensidade, a partir 2005/2006, diversas investigações e publicações, como monografias, dissertações, teses e artigos científicos, além de subsidiar algumas políticas públicas, como a atualização da Lei Chico Mendes, em 2008.

²Cf. RÊGO, José Fernandes. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 25. n. 147, p. 62-65, mar.1999.

Com a crescente dificuldade de financiamento das pesquisas, o projeto ASPF concentrou seus estudos e levantamentos em áreas estratégicas. Dessa forma, no período 2014/2015, foi realizado mais um levantamento na RESEX Chico Mendes, em parceria com a EMBRAPA e o ICMBIO.

Nesse período, destaca-se a fala da chefe da RESEX Chico Mendes, Silvana Lessa, analista ambiental do ICMBIO, com a expectativa dos levantamentos do projeto ASPF, tendo em vista que se completariam duas décadas de pesquisas na região. Pois, ela queria saber as nossas impressões de campo sobre a mudança na paisagem na RESEX, a partir da evolução das atividades produtivas entre os moradores, especialmente com o manejo florestal madeireiro e a criação de gado bovino.

É impressionante o quanto mudou a paisagem na região! Essa impressão está fortemente associada aos ramais que cortam o interior da RESEX. Nas primeiras pesquisas do projeto ASPF, o acesso às colocações dos extrativistas era feito pelos varadouros ou pelos rios e igarapés, com longas horas de caminhada ou de barco. No período mais recente, existem ramais que cortam praticamente toda a RESEX Chico Mendes, com boa trafegabilidade durante o período de estiagem das chuvas.

Esta impressão foi reforçada no último levantamento realizado pelo projeto ASPF, referente ao período de 2018/2019, já que conseguimos fazer as entrevistas com os moradores, mesmo os que moram em área mais longínquas, de caminhonete traçada ou de moto, com alguns trechos ainda sendo feitos a partir de pequenas caminhadas. Essas mudanças são refletidas no modo de vida das pessoas e suas visões de mundo.

Não por acaso, o primeiro capítulo do presente livro apresenta uma discussão sobre o tipo de mentalidade do extrativista nos dias atuais. A pesquisa perguntou aos entrevistados o que eles pensam sobre temas relacionados ao uso da terra, participação das mulheres e jovens nas decisões familiares e sucessão familiar, buscando entender se o movimento seringueiro ainda orienta a visão de mundo das gerações atuais ou se há práticas diferentes da tradição seringueira.

No segundo capítulo, a governança fundiária na RESEX Chico é o tema em destaque, a partir da discussão em torno da garantia pela posse da terra e seu relacionamento com a reprodução social das famílias extrativistas. A rotatividade de moradias na região tem diminuído no período recente, mas sem garantia da propriedade da terra. Por outro lado, a eficiência econômica e o nível de vida das famílias têm sofrido expressivas reduções ao longo do tempo.

A identificação das características sociais mais importantes e as principais mudanças ocorridas nos diversos levantamentos do projeto ASPF estão no cerne do terceiro capítulo. Alguns indicadores que medem o bem-estar das famílias extrativistas apresentaram expressivas melhoras, como os relativos à educação formal e informal, mas outros requerem maiores atenção, como os relativos à saúde, questões sanitárias e padrões de consumo.

No quarto capítulo, a pauta analisada se refere a uma discussão antiga, mas cada vez mais atual: distribuição de renda e pobreza. E, não diferente do que acontece no Brasil e no mundo, a desigualdade de renda na RESEX Chico Mendes vem aumentando, principalmente após a primeira década de estudo. Do ponto de vista da pobreza, os indicadores analisados apresentam redução dos pobres no período recente.

A relação entre a pobreza, distribuição de renda, o autoconsumo e a segurança alimentar é a temática trabalhada no quinto capítulo. As análises indicam que, ao longo dos últimos 25 anos, ainda se encontram altos níveis de insegurança alimentar, resultado da redução do nível de autoconsumo

entre as famílias extrativistas e da elevação da dependência de bens adquiridos no mercado.

A avaliação da produção pecuária de gado bovino no interior da RESEX, cuja produção extensiva é um dos responsáveis pelos desflorestamentos na região, é realizada no sexto capítulo. O crescimento desse tipo de atividade tem sido preocupante ao longo do tempo. As análises indicam a inviabilidade econômica da produção comercial de gado bovino de corte entre os extrativistas, sendo uma atividade válida apenas como reserva de valor.

No sétimo capítulo, trabalha-se com temas primordiais para o desenvolvimento sustentável na região estudada, que são os investimentos e a dinâmica inovativa na RESEX Chico Mendes. A partir de indicadores econômicos, como a tipologia dos produtores familiares, eficiência e tensão reprodutiva, percebeu-se as dificuldades reprodutivas das famílias e suas carências de políticas públicas e investimentos efetivos, na busca de novas tecnologias sustentáveis.

No oitavo capítulo, um dos principais problemas do mundo moderno é realçado: os resíduos sólidos, denominados de lixo – no caso estudado, lixo rural. A produção e destinação adequada dos resíduos sólidos têm se tornado um problema no ambiente urbano e, em especial, no meio rural, em virtude de questões que vão desde a falta de coleta – com destinação adequada – até a importação dos padrões de consumo das cidades.

Assim, a pesquisa socioeconômica e ambiental sobre produção familiar rural na Amazônia e, em particular, na RESEX Chico Mendes, fica mais rica com os resultados publicados pelo presente livro e, sobretudo, abrem-se possibilidades novas de investigação, nesse campo, em virtude dos problemas suscitados pela pesquisa e do imenso banco de dados colocado à disposição dos pesquisadores e gestores públicos.

Em última instância, se tem um diagnóstico referente à duas décadas e meia de pesquisas na RESEX Chico Mendes, que é importante para se avaliar os impactos das políticas públicas na região. Mas, também se torna primordial para orientar políticas futuras, que sejam efetivas para a resolução de diversas questões que se arrastam ao longo do tempo e impactam decisivamente nas condições de vida dessa população e do meio ambiente.

Doutor Raimundo Cláudio Gomes Maciel

Professor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA/UFAC)

Coordenador do Projeto ASPF

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	15
MINDSET DAS FAMÍLIAS DA RESEX CHICO MENDES EM TERMOS DE USO DA TERRA, PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E JOVENS NAS DECISÕES FAMILIARES E SUCESSÃO FAMILIAR	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/15-25	
CAPÍTULO 2.....	26
AVALIAÇÃO ECONÔMICA DA PECUÁRIA DE GADO BOVINO NA RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) CHICO MENDES	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
Amanda de Moura Almeida	
Helen Cristina da Silva Menezes	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/26-43	
CAPÍTULO 3.....	44
AVALIAÇÃO SOCIAL DA RESERVA EXTRATIVISTA “CHICO MENDES”: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO 2005-2019	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
Oleides Francisca de Oliveira	
Helen Cristina da Silva Menezes	
Abigail de Barros Freire	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/44-66	
CAPÍTULO 4.....	67
DINÂMICA INOVATIVA E INVESTIMENTO NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	
Pedro Gilberto Cavalcante Filho	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
Oleides Francisca de Oliveira	
César Leandro de Christo Hundertmarck	
Ítalo Henrique Bezerra da Silva	
Amanda de Moura Almeida	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/67-84	

CAPÍTULO 5.....	85
A RESERVA EXTRATIVISTA “CHICO MENDES” E A GOVERNANÇA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA: ALGUMAS LIÇÕES DAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti	
Elyson Ferreira de Souza	
Oleides Francisca de Oliveira	
Pedro Gilberto Cavalcante Filho	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/85-101	
CAPÍTULO 6.....	102
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA NA RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) CHICO MENDES	
Pedro Gilberto Cavalcante Filho	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
Luísa Nascimento Ribeiro	
Gustavo Sóstenes Abreu Loureiro da Silva	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/102-120	
CAPÍTULO 7.....	121
PRODUÇÃO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	
Oleides Francisca de Oliveira	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
Jean Marcos da Silva	
Amanda de Moura Almeida	
Márcio Silva de Aquino	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/121-139	
CAPÍTULO 8.....	140
POBREZA, SEGURANÇA ALIMENTAR E AUTOCONSUMO NA RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) CHICO MENDES	
Pedro Gilberto Cavalcante Filho	
Raimundo Cláudio Gomes Maciel	
Wiulien do Santos Araújo	
Oleides Francisca de Oliveira	
DOI: 10.47094/978-65-88958-54-4/140-159	

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA NA RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) CHICO MENDES⁶⁶

Pedro Gilberto Cavalcante Filho⁶⁷;

Raimundo Cláudio Gomes Maciel⁶⁸;

Luísa Nascimento Ribeiro⁶⁹;

Gustavo Sóstenes Abreu Loureiro da Silva⁷⁰.

RESUMO: O processo de desenvolvimentismo na Amazônia durante a década de 1970 levou a desestruturação do extrativismo a partir da introdução da denominada modernização conservadora, que consistia na introdução da mecanização do setor agropecuário, culminando em sérios problemas socioeconômicos e ambientais. As Unidades de Conservação, como as Reservas Extrativistas (RESEX), surgem como alternativas de desenvolvimento sustentável na região, combinando uma agenda de políticas fundiárias e ambientais enfocando os aspectos sociais e econômicos mediante a concessão de uso de terra para famílias produtoras rurais. O objetivo do presente trabalho é avaliar a evolução da distribuição de renda e níveis de pobreza na RESEX Chico Mendes, nos últimos 20 anos, das famílias assentadas. Trabalha-se com a metodologia do Projeto ASPF, desenvolvida na Universidade Federal do Acre (UFAC), a partir de indicadores de resultados econômicos, Índice de Gini e linha de pobreza. Os resultados indicam o aumento da desigualdade de renda entre as famílias, com leve redução na primeira década, além da redução de pobres e extremamente pobres no período recente.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza. Distribuição de Renda. RESEX Chico Mendes. Amazônia.

⁶⁶Texto revisto e atualizado de Maciel et al. (2019) a partir do projeto intitulado “Diagnóstico dos Impactos Socioeconômicos da Cadeia de Fornecimento de Borracha Nativa à V Fair Trade por Famílias de Seringueiros na Reserva Extrativista Chico Mendes”, capitaneado pela *Veja Fair Trade* e financiado por *Partnerships for Forests*.

⁶⁷Doutor em Economia Aplicada (IE/UNICAMP), Professor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: rcmgiaciel@ufac.br

⁶⁸Doutorando em Desenvolvimento Econômico (IE/UNICAMP). E-mail: pedro.gilberto@hotmail.com

⁶⁹Graduanda em Economia, Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: luisalnr@gmail.com

⁷⁰Graduando em Economia, Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: gustavo_sostenes@live.com

ABSTRACT: The process of developmentalism in the Amazon during the 1970s led to the destructuring of extractivism from the introduction of the so-called conservative modernization, which consisted of the introduction of mechanization in the agricultural sector, culminating in serious socioeconomic and environmental problems. Conservation Units, such as Extractive Reserves (RESEX), appear as alternatives for sustainable development in the region, combining an agenda of land and environmental policies focusing on social and economic aspects through the granting of land use to rural producing families. The objective of the present work is to evaluate the evolution of income distribution and poverty levels in RESEX Chico Mendes, in the last 20 years, of settled families. We work with the methodology of the ASPF Project, developed at the Federal University of Acre (UFAC), based on economic results indicators, the Gini Index and the poverty line. The results indicate an increase in income inequality between families, with a slight reduction in the first decade, in addition to the reduction of the poor and extremely poor in the recent period.

KEY-WORDS: Poverty. Distribution of Income. RESEX Chico Mendes. Amazon Region.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, através das políticas desenvolvimentistas implementadas pelo Governo Militar, o Brasil passa por profundas transformações sociais e econômicas, inclusive no meio rural, mediante o processo de modernização conservadora. O processo de modernização da agricultura teve como base a introdução de capital em forma de máquinas pesadas, que desocuparam trabalhadores no campo, resultando em imensas mudanças no meio rural, inicialmente, pela subordinação das atividades agrícolas aos setores dominantes da indústria e capital financeiro e pela a ocupação agrícola por grandes empresas a partir da intervenção governamental (GRAZIANO NETO, 1982; MACIEL, 2003; WANDERLEY, 2014).

A modernização ocorreu de forma parcial, chegando primordialmente aos grandes proprietários e em regiões específicas. Foi necessário que se ampliasse as exigências por novas técnicas e maquinários, uma vez que a atividade agrícola apenas promoveria um retorno econômico adequado a partir de uma produção pautada no modelo de escala. Assim, os pequenos produtores foram marginalizados e excluídos dessa política, tendo em vista que não apresentavam uma estrutura produtiva e econômica para atender as exigências (SILVA, 1999; DELGADO, BERGAMASCO, 2017).

No processo de modernização conservadora a Amazônia também foi incluída a partir das políticas desenvolvimentistas, que culminaram na desapropriação de uma parte considerável da população tradicional, gerando enormes impactos sociais, econômicos e ambientais, uma vez que o processo desarticulou a atividade extrativista, visto como atrasado, mas era a base econômica da região, em substituição pelas práticas consideradas “modernas” de pecuária extensiva de corte e madeireira (COSTA, 2000; MACIEL, 2007; SOUZA, 2008).

Diante dos problemas socioeconômicos e ambientais, como a desapropriação da população tradicional e os profundos desmatamentos na região, que foram desencadeados pelo processo de modernização, teve-se como resultado os grandes movimentos sociais e ambientais, que reivindicavam, sobretudo, uma efetiva política de reforma agrária pautada nos preceitos do desenvolvimento sustentável. Assim, ainda na década de 70, as primeiras políticas de reforma agrária foram promovidas

pelo Estado em uma tentativa de atenuar os danos sociais e ambientais causados pelas políticas desenvolvimentistas (GUANZIROLI *et al.*, 2001; MACIEL, 2007).

Dentro desse contexto, as Unidades de Conservação (UC) surgem como um novo modelo de política ambiental e fundiária, de forma que a implantação ocorreu baseada em ilhas estratégicas de conservação de uso indireto e também com o objetivo de promover a inclusão social e econômica da população tradicional que dependem das atividades florestais para garantir sua manutenção social (ALLEGRETTI, 1989; HALL, 2000).

Para tanto, em 1990, foram criadas as primeiras Reservas Extrativistas, que consistem uma nova modalidade de UCs, que tem como características áreas utilizadas por populações tradicionais, com atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, objetivando a defesa dos meios de vida e a cultura dessas populações de forma que assegure o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, o problema de pesquisa do presente trabalho é: será que apenas a implementação da RESEX Chico Mendes é suficiente para a viabilidade econômica e efetiva distribuição de renda entre as famílias assentadas?

Trabalha-se com a hipótese de que a criação da RESEX Chico Mendes é fundamental para a manutenção das famílias na região, mas é necessário, além do fortalecimento das atividades tradicionais, o desenvolvimento de alternativas produtivas sustentáveis para geração de renda e ocupação adequada.

O objetivo do presente trabalho é avaliar a distribuição de renda na RESEX Chico Mendes, no estado do Acre, nos períodos 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015 e 2018/2019. Especificamente, busca-se identificar quais os principais produtos que geram renda entre os produtores e verificar a evolução dentro de um período de quase duas décadas, além de avaliar mediante a estratificação de classes os níveis de pobreza entre os produtores.

A importância do presente trabalho é justamente auxiliar tanto a comunidade envolvida quanto os gestores públicos para a busca/implementação de políticas que incentivem alternativas produtivas adequadas para a geração de emprego e renda entre os moradores da floresta.

Desenvolvimentismo e Unidades de Conservação na Amazônia

A partir dos anos 1960, o Brasil passa por intensas transformações decorrentes do chamado processo de modernização conservadora. Tal processo engendrou profundas mudanças no meio rural brasileiro, tendo em vista duas dimensões centrais: primeiro, a subordinação das atividades agrícolas aos setores dominantes da indústria e capital financeiro; e, a ocupação das fronteiras agrícolas por grandes empresas a partir de incentivos governamentais (WANDERLEY, 2014).

Conforme Silva (1999), a modernização se deu de forma parcial, atingindo alguns produtos e em algumas regiões específicas, beneficiando alguns produtores e apenas algumas fases do ciclo produtivo.

Dessa forma, a exigência por novas técnicas e maquinário foi aumentada, já que a agricultura só proporcionaria retorno econômico ao Brasil se sua produção acontecesse em regime de escala, marginalizando, assim, os denominados “pequenos produtores” ou camponeses (DELGADO, BERGAMASCO, 2017).

Além disso, “fragilizados pela ausência de titulação jurídica de suas posses, os camponeses sofrem as consequências da concentração fundiária, que é a face mais aparente do capital que se impõe por meio de grandes empresas agropecuárias” (ESTERCI, 1987 *apud* WANDERLEY, 2014, p. 5).

Neste contexto pode-se enquadrar as transformações recentes na Amazônia brasileira, pois, de um lado, o extrativismo tradicional da borracha entrava novamente em declínio, com o abandono dos antigos seringais e, de outro, com o processo de desenvolvimentismo do governo militar, buscando alavancar a economia da região a partir de grandes empreendimentos e a implantação da “moderna” agropecuária (MACIEL, 2007).

Tal processo levou a sérios problemas socioambientais, como desaparecimento de populações tradicionais e a imensos desflorestamentos na região, com efetiva degradação ambiental, culminando no surgimento de vários movimentos sociais e ambientais. Assim, a luta pela posse da terra e pelo desenvolvimento sustentável ganham destaque nos diversos fóruns sobre o tema (*Idem*).

Cria-se a necessidade de renomear e detalhar o perfil dos até então marginalizados pela história, visto que, os “camponeses”, ou também chamados “agricultores de subsistência”, podem personificar uma visão de atraso econômico e social. Com isso, surgiu a nomenclatura “agricultura familiar”, caracterizada por ser mais neutra, visto que, apresenta-se de forma menos depreciativa (WANDERLEY, 2014).

Por outro lado, de acordo com Hall (2000), as Unidades de Conservação (UCs) surgiram a partir de políticas ambientais, resultado de um processo oposto a forma de ocupação econômica da Amazônia mediante ao desenvolvimentismo da década de 1960. Inicialmente, a implantação das UCs foram baseadas em ilhas estratégicas de conservação da biodiversidade de uso indireto. As Unidades de Conservação foram criadas juntamente com a consciência empírica dos seringueiros e de todos aqueles que dependem de atividades florestais para sobreviver na Amazônia (ALLEGRETTI, 1989).

As áreas protegidas são essenciais para a conservação. Todavia, além de problemas de gestão que as unidades enfrentam, há lutas contra a pressão aos recursos naturais, pois é necessário produzir e conservar estas localidades (RYLANDS, BRANDON, 2005).

Tais áreas apresentam objetivos econômicos estruturados em sua criação. Algumas iniciativas são demonstradas como se pode aumentar frentes de trabalho e renda com a criação de novas áreas de proteção ambiental, as quais devem ser gerenciadas, tendo-se como princípios o uso ordenado e o respeito à capacidade de suporte dos ambientes (BRASIL, 2014).

As instituições responsáveis pela elaboração de políticas públicas têm como desafio superar a contradição fundamental entre a natureza estática dos direitos de propriedade e as dinâmicas econômicas de concorrência em mercados, aonde as RESEX pretendem operar (GOESCHL, IGLORI, 2006).

Em essência, a insuficiência de políticas compromete os propósitos de desenvolvimento das áreas de RESEX. As famílias que habitam as reservas estão politicamente isoladas, com pouca capacidade de influenciar no planejamento dessas áreas, e ainda são prejudicadas na renda para a subsistência (SANTOS, BRANNSTROM, 2015).

As Reservas Extrativistas surgiram como um novo modelo de Unidade de Conservação, buscando resolver os problemas fundiários da região e tendo como pano de fundo o tripé do desenvolvimento sustentável – prudência ecológica, justiça social e viabilidade econômica (MACIEL, 2007; SOUZA, 2010; MACIEL, CAVALCANTE FILHO, SOUZA, 2014).

A Reserva Extrativista foi definida e caracterizada no Art. 18º da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, como:

(...) uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2006, p. 8).

A exploração dos recursos das RESEX segue protocolos para melhores condições de produção. As Unidades de Conservação não devem se abster de assumir um compromisso mais claro com a superação das carências sociais, nem deixar de participar ativamente das políticas sociais empreendidas em outras escalas institucionais (LIMA, PERALTA, 2016).

Não obstante, alguns autores não concordam com a criação das unidades de conservação de uso direto, como as RESEX, pois, além de privilegiar um grupo seletivo de produtores, não necessariamente coincidem com a proteção da biodiversidade (BROWDER, 1992). Além disso, Homma (1993) afirma que não tem sentido a criação das RESEX, pois o extrativismo está fadado ao fracasso, sendo inerentemente atrasado tecnologicamente.

Por outro lado, Maciel (2003) concorda que o extrativismo tradicional na Amazônia praticamente não evoluiu tecnologicamente ao longo do tempo, mas o atraso técnico não é inerente ao sistema produtivo extrativista. A RESEX Chico Mendes faz parte de uma ampla política ambiental para a Amazônia, sendo, ao mesmo tempo, uma importante política fundiária para a região, fundamental para encaminhar as discussões em torno da luta pela posse da terra. Desse modo, é uma política de comando e controle institucionalizada para fortalecer a justiça social entre os moradores da floresta, bem como o combate à degradação do meio ambiente.

Assim, as RESEX podem ser consideradas como uma grande alternativa para a manutenção dos extrativistas e a conservação da floresta, uma vez que não afeta diretamente a dimensão econômica do processo de desenvolvimento. Contudo, essa mudança institucional tem um papel decisivo no fortalecimento do arranjo produtivo que engloba os agentes responsáveis pelo sistema extrativista, gerando amplas possibilidades para a ocorrência do progresso tecnológico neste setor – considerado principal desafio para a mudança econômica (MACIEL, 2003).

Distribuição de Renda e Pobreza na Amazônia

Nos anos 1990, a categoria “agricultura familiar” foi adotada pelo próprio Estado, ao formular um vasto programa de apoio aos agricultores (Pronaf), cuja atividade estivesse organizada pela e para a família. O Pronaf teria sido responsável por proporcionar empréstimos de investimento e custeio aos agricultores familiares, podendo, assim, potencializar e incentivar essa grande fatia da população rural (ABRAMOVAY, 1998; ABRAMOVAY, VEIGA, 1999; MATTEI, 2005).

Assim, como a condição de pobreza não se esgota na reduzida disponibilidade de renda monetária, expressa na relação dólar ou real por dia, a superação da pobreza não se esgota na simples distribuição de crédito aos mais pobres. O acesso ao crédito deve estar inserido numa política mais ampla e completa, que considere o indivíduo ou a família que o recebe, não apenas como pobre, mas como um agricultor que, se apoiado convenientemente, tem potencialidades para assegurar, em melhores condições, a sobrevivência de sua família e participar da produção da riqueza de sua comunidade local. O apoio em questão diz respeito ao acesso ao conjunto dos recursos produtivos e aos bens e serviços necessários não apenas à reprodução de uma qualidade de vida considerada socialmente satisfatória, da construção do “patrimônio dos pobres” (HELFAND, PEREIRA, 2012, p. 126).

É notório que, a partir da implantação tecnológica nos meios de produção, e a falta de recursos necessários para a utilização de determinadas técnicas por parte dos agricultores familiares, forçam a saída dos produtores de suas respectivas áreas. Assim, a procura por trabalhos em outras propriedades (mecanismo de diárias), ou até a chegada destes agricultores/extrativistas à cidade, aumentam a dependência por transferências de renda e assalariamentos (MACIEL, CAVALCANTE FILHO, SOUZA, 2014).

Na busca por rendimentos extras ao processo produtivo, as famílias extrativistas recorrem ao assalariamento fora da unidade produtiva e, principalmente, aos benefícios governamentais concedidos em forma de transferências de rendas, como o Programa Bolsa Família e as aposentadorias. Ou seja, com a diminuição da produção para próprio consumo, a implementação destas transferências governamentais (aposentadorias/pensões) e o aumento dos salários externos, foram responsáveis, até o momento, pela redução da pobreza rural (*Idem*).

A respeito do papel destas transferências para a pequena produção, Homma *et al.* (2014) argumenta que estas têm sido utilizadas como estratégia de sobrevivência, exercendo significativa participação na estabilidade financeira dos pequenos produtores. Contudo, alerta que esses recursos não estimulam a criação de oportunidades produtivas.

Vale lembrar que a Reserva Chico Mendes, mesmo tendo suas limitações, pode contar com políticas de fortalecimento de produção extrativista, acrescido do mapeamento dos posseiros de terra, podendo proporcionar uma certa descentralização fundiária, seguida de uma melhor distribuição de renda, se comparado a anos anteriores da sua criação, inclusive os períodos de “surto da borracha” (MACIEL, CAVALCANTE FILHO, SOUZA, 2014).

Ainda segundo os autores, a produção familiar na RESEX Chico Mendes é responsável pela geração de renda e valorização real do crescimento estrutural das famílias que habitam na localidade. Entretanto, observa-se que mão de obra familiar se reduz à medida que os jovens migram para áreas urbanas, buscando a continuidade dos estudos e capacitações.

Vale destacar que a pobreza tem aspectos uni ou multidimensionais, sendo o primeiro relacionado diretamente ao recebimento de valores monetários insuficientes para aquisição da alimentação, podendo levar a privações das necessidades básicas, tendo a linha de pobreza como um dos parâmetros de avaliação. No aspecto multidimensional da pobreza são consideradas as questões

fundamentais da sociedade quanto aos direitos e obrigações dos cidadãos, buscando-se analisar as variáveis culturais, sociais e políticas (SOARES, 2009).

Ademais, Costa (2000) afirma que a concentração de renda e as desigualdades sociais também são responsáveis por grande parte dos problemas econômicos, sociais e ambientais do Brasil. Nota-se, ainda, no caso de comunidades rurais da Amazônia, devido a distância e dificuldades de acesso, a baixa participação e/ou inexistência de acesso a serviços sociais básicos tornam as comunidades rurais mais vulneráveis (SOUZA, 2008).

METODOLOGIA

Tipo Pesquisa, Natureza de Pesquisa e Instrumento de Coleta de Dados

Esta pesquisa se constitui como uma análise de desempenho econômico, com natureza descritiva e explicativa, o que segundo as definições de Babbie (1999) se baseia em descrever as características, traços e atributos de um determinado grupo social, explicando suas ocorrências. A pesquisa de campo foi realizada com aplicação de questionários com questões abertas e fechadas. Devido às dificuldades de acesso, o levantamento dos dados foi realizado por amostragem, seguindo o critério de que o seringueiro resida na colocação (unidade de produção familiar) há um tempo superior a dois anos. A amostra foi definida a partir de três etapas:

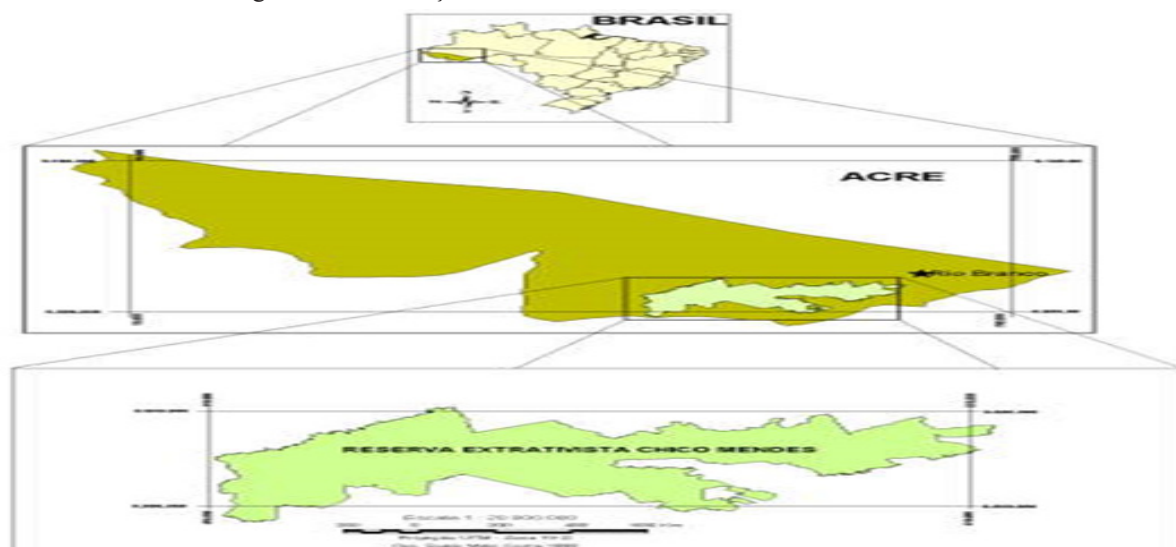
- Estratificação da área de acordo com nível de desenvolvimento (alto, médio ou baixo), tendo como referência os critérios relativos aos volumes de produção, facilidade e qualidade de acesso, disponibilidade de infraestrutura e assistência técnica, além do grau de organização comunitária;
- Sorteio de metade dos conglomerados das áreas de estudo – os seringais, no caso de áreas extrativistas, tendo em vista a representatividade dentro de cada estrato definido;
- Por fim, dentro de cada conglomerado sorteado foi realizada uma amostragem aleatória simples, sorteando-se 10% das unidades de produção, objeto de estudo desta pesquisa, sendo pesquisadas 69 colocações de extrativistas.

Para o levantamento das informações socioeconômicas foi considerado o período referente ao ano agrícola trabalhado na região de estudo, discutido de forma amplamente participativa com os produtores em questão. Considera-se como ano agrícola o período que se inicia em maio de um ano a abril do ano seguinte. Na RESEX Chico Mendes, os períodos levantados foram: 1996/1997, 2005/2006 e 2014/2015.

Objeto de estudo, localização e acesso

O presente estudo foi realizado na Reserva Extrativista Chico Mendes, situada na região sudeste do Estado do Acre, criada em 12 de março de 1990, pelo Decreto N° 99.114, a região possui cerca de 970.570 ha (hectares), abrangendo os municípios de Rio Branco, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia, Assis Brasil, Sena Madureira e Capixaba. Por via terrestre o acesso pode ser feito pela rodovia BR 317, que contorna a RESEX em seu lado leste-sul e possui trafegabilidade durante todo o ano. E por via fluvial, através dos Rio Xapuri e seus afluentes, ou pelo Rio Iaco e Rio Macauã no município de Sena Madureira - exceto em períodos de seca devido ao baixo nível das águas (BRASIL, 2006).

Figura 3 - Localização da Resex Chico Mendes no estado do Acre.



Fonte: ICMBio (2006).

Metodologia de avaliação socioeconômica da RESEX Chico Mendes

Para fazer a avaliação socioeconômica da produção familiar rural na RESEX Chico Mendes, o presente estudo utilizou a metodologia do Projeto de Análise Socioeconômica dos Sistemas de Produção Familiar Rural no Estado do Acre (ASPF), desenvolvido há mais de 20 anos pelo Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre (UFAC), atualmente capitaneado pelo Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA). Trabalha-se com medidas de resultado econômico, que são indicadores que permitem medir o desempenho econômico dos sistemas de produção estudados. Os principais indicadores econômicos são sucintamente descritos a seguir:

Resultado Bruto (RB)

Entende-se por renda bruta ou resultado bruto o valor da produção que se destinará ao mercado.

$$RB = Qv \cdot pp \quad (1)$$

Sendo:

RB = renda bruta

Qv = quantidade do produto vendida

pp = preço unitário ao produtor

Renda Bruta Total (RBT)

Somatório da renda Bruta (RB) da produção com a renda oriunda das transferências de renda (bolsa escola, família etc.) e do assalariamento fora da Unidade Produtiva Familiar (UPF). A RBT é calculada para o conjunto da UPF e dos membros da família.

$$RBT = RB + RT + RA \quad (2)$$

Sendo:

RB = renda bruta

RT = renda das transferências monetárias (municipal, estadual e federal)

RA = renda de assalariamento fora da UPF

Margem bruta familiar (MBF)

É o resultado líquido específico e próprio para indicar o valor monetário disponível para a subsistência da família, inclusive uma eventual elevação do nível de vida, se o montante for suficiente. Em situações favoráveis, poderá ser suficiente para ressarcir custos fixos, especialmente a exigência mínima de reposição do patrimônio. Cumpridas estas funções, a disponibilidade restante pode ser usada como capital de giro. É calculado pela fórmula:

$$MBF = RB - (CV - Cftf) \quad (3)$$

Sendo:

RB = renda bruta

CV = custos variáveis

Cftf = custo real da força de trabalho familiar

Nível de Vida (NV)

É a totalidade do valor apropriado pelo produtor familiar, inclusive valores imputados, deduzidas as obrigações financeiras com empréstimos. É, portanto, o valor que determina o padrão de vida da família.

$$NV = (MBF + AC + Cjicc) - AA \quad (4)$$

Sendo:

Cjicc = juros imputados ao capital circulante.

AC = Autoconsumo

AA = Amortização anual

Renda Líquida (RL)

É o valor excedente apropriado pela unidade de produção familiar, ou seja, a parte do valor do produto que fica com a unidade de produção familiar depois de serem repostos os valores dos meios de produção, dos meios de consumo e dos serviços (inclusive salários) prestados à produção. É calculada pela fórmula:

$$RL = RB - DE \quad (5)$$

Sendo:

RB = renda bruta

DE = despesas efetivas - são todos os valores efetivamente retirados do patrimônio e consumidos de fato no processo de produção. Compreendem os desembolsos monetários para pagar serviços (inclusive pagamento de salários) e/ou adquirir bens consumíveis de gasto imediato (capital circulante de provisionamento), o consumo em natureza de bens de gasto imediato, o valor imputado à mão de obra familiar, o valor imputado ao trabalho de administração exercido pelo próprio produtor e a

depreciação dos capitais fixos.

Medidas de Eficiências ou Relação

Índice de eficiência econômica: é a relação que indica a capacidade de a unidade de produção familiar gerar valor por unidade de custo. É um indicador de benefício/custo do conjunto da unidade de produção, definido pela seguinte fórmula:

$$IEE = RB/CT \quad (6)$$

Sendo: RB = Renda Bruta;

CT = Custos Totais.

IEE > 1, a situação é de lucro;

IEE < 1, a situação é de prejuízo;

IEE = 1, a situação é de equilíbrio.

Linha de dependência do mercado

A linha de dependência de mercado são os valores medianos gastos com o consumo no mercado, adicionados das compras relacionadas à reposição do capital fixo (máquinas, equipamentos, ferramentas, benfeitorias etc.) disponível para a manutenção dos meios de produção existentes.

Autoconsumo

Na produção familiar, este índice é de crucial importância na avaliação de desempenho econômico, pois se refere aos valores do que se produz e consome sem necessitar ir ao mercado. O autoconsumo pode ser calculado pela fórmula abaixo:

$$AC = \sum Qbcpi * Pi \quad n \quad i=1 \quad (7)$$

Sendo: AC = autoconsumo;

Qbcp = quantidade do bem de autoconsumo produzido

Pi = preço unitário do bem de autoconsumo produzido

i = itens de bens de autoconsumo produzidos (i = 1, 2, ..., n).

Índice de Gini

O Índice de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade utilizada na análise da distribuição de renda e pode ser utilizado para medir o grau de concentração de qualquer distribuição estatística. Assim, essa metodologia analisará essas questões no presente trabalho. Esse índice funciona da seguinte forma: quanto igual a 0 corresponde a igualdade absoluta e quando igual a 1 corresponde a desigualdade absoluta, assim, quanto mais próximo o índice chegar de 1 pior será a distribuição de renda.

Razão 10%/+50%- ou Razão de Kuznets

Criada por Simon Kuznets (1955), expressa a forma geométrica da relação entre crescimento e desigualdade. Em suma é uma forma de mensurar a desigualdade existente na distribuição de renda dos indivíduos mais ricos com a renda dos indivíduos mais pobres. Compara-se a renda de 10% dos indivíduos mais ricos relativamente a renda de 50% dos indivíduos mais pobres. Destaca-se que quanto maior for esta razão maior é a distância das rendas entre os mais ricos e os mais pobres.

Linha de Pobreza

A maioria dos estudos ligados ao problema da indigência e/ou pobreza definem o valor monetário de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e calculam o número de famílias cuja renda é inferior a esta linha. A linha de indigência refere-se à renda mínima necessária para adquirir uma cesta de alimentos com quantidades energéticas mínimas ou recomendadas. A linha de pobreza é superior à linha de indigência, pois incluem, além do valor da cesta de alimentos, todas as outras despesas não alimentares, como vestuário, moradia, transportes etc. (CAMPOS, CAMPOS, 2008).

Entre os métodos que definem a linha de indigência ou pobreza definida pela renda destacam-se aqueles que se utilizam da proporção do salário mínimo. Este método é bastante utilizado, pois em tese, o salário mínimo deveria suprir as necessidades básicas, não só da alimentação, mas também da moradia, vestuário etc. Os valores comumente utilizados como linha de pobreza são $\frac{1}{2}$ salário mínimo e de $\frac{1}{4}$ para linha de miséria.

De acordo com o levantamento de dados realizado pelo projeto ASPF realizado entre os anos de 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015 e 2018/2019, a renda dos produtores das UPF's da RESEX Chico Mendes foram divididas em cinco classes sociais de acordo com o salário mínimo nacional, sendo a classe A composta por produtores que detêm uma renda acima de quatro salários mínimos, a classe B de dois a quatro salários mínimos, a classe C de $\frac{1}{2}$ a dois salários mínimos, a classe D que ganham até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e pôr fim a classe E, famílias com renda inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo.

Atualização Monetária

Para realizar a atualização de preços utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, foram coletados os valores correntes (em reais) nos períodos de 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015 e 2018/2019, atualizando-se os valores para abril de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os levantamentos realizados pelo Projeto ASPF durante as duas últimas décadas permitem identificar as transformações econômicas, sociais e ambientais que ocorreram na RESEX Chico Mendes. Com o objetivo de avaliar os níveis de pobreza e a distribuição de renda nessa representativa unidade de conservação (UC), uma primeira análise diz respeito a evolução do desempenho econômico das unidades produtivas familiares (UPFs), conforme a Tabela 21, a partir de alguns indicadores econômicos, que são fundamentais para entender a viabilidade econômica dos produtores familiares dessa área.

Os resultados indicam um contraste entre a dinâmica econômica e as características produtivas e sociais da produção familiar rural. De um lado, percebe-se uma evolução acentuada na formação de renda bruta (RB), que apresentou, no intervalo de mais de 20 anos, um crescimento de 70%. Embora que mesmo com uma expansão tão significativa, esse resultado não foi suficiente para chegar ao nível do salário mínimo (SM)⁶² vigente, sendo 20% inferior ao SM. Os custos de produção, fixo e variável, também tiveram um crescimento expressivo durante esse período, especialmente, em relação aos custos fixos, que cresceram 251%. Assim, como a relação entre renda e custos expressa a condição de viabilidade econômica, o IEE demonstra que no primeiro período (1996/1997) a atividade produtiva das UPFs era viável economicamente com 1,37, porém, com o crescimento dos custos de produção nos períodos seguintes, os produtores familiares encontraram uma condição de inviabilidade econômica.

Por outro lado, os resultados dos indicadores de VBCC, LDM e AC se confrontam com as características produtivas e sociais da agricultura familiar, que tem na produção de autoconsumo uma de suas fortalezas para reduzir a dependência de mercado, viabilizar a sua atividade produtiva e melhorar o nível de vida, em termos monetários. Enquanto houve um forte avanço no VBCC e na LDM no intervalo de 20 anos, que correspondeu a um crescimento de 308% e 261% - respectivamente -, indicando que as famílias ficaram cada vez mais dependentes do mercado, o autoconsumo teve uma retração de 36% no mesmo período. Porém, em relação ao período de 2014/2015, houve um crescimento de 92%. Isso representa que é possível os produtores familiares restabelecerem um nível maior de autoconsumo em detrimento da aquisição de alimentos básicos no mercado, por exemplo.

Esses resultados expressam um forte descompasso entre a renda bruta auferida e despesas das unidades produtivas familiares na área de estudo, o que significa que, possivelmente, as famílias estão recorrendo a outros tipos de renda, como as não agrícolas, que tem como exemplo o assalariamento e as transferências governamentais, especialmente aposentadorias e bolsa família, para garantir a manutenção.

⁷¹A partir de 01 de fevereiro de 2020, passou a corresponder a R\$ 1.045,00.

Tabela 21 – Evolução do desempenho econômico das unidades produtivas da RESEX Chico Mendes – Acre – 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015 e 2018/2019.

Indicadores	Unidade	1996/1997	2005/2006	2014/2015	2018/2019	Evolução	Evolução
Econômicos		(A)	(B)	(C)	(D)	A - D	C - D
RB	R\$/mês	485,26	697,56	600,04	823,17	70%	37%
RL	R\$/mês	330,97	405,57	398,79	582,08	76%	46%
MBF	R\$/mês	435,07	633,80	494,23	710,28	63%	44%
CF	R\$/mês	169,38	603,00	684,20	594,35	251%	-13%
CV	R\$/mês	169,30	190,51	114,43	216,84	28%	90%
VBCC	R\$/mês	222,75	752,63	772,78	908,01	308%	17%
LDM	R\$/mês	440,15	1.495,89	1.689,33	1.587,91	261%	-6%
AC	R\$/mês	1.378,63	709,56	460,38	882,05	-36%	92%
NV	R\$/mês	1.792,14	1.471,20	773,85	1.180,96	-34%	53%
IEE	und.	1,37	0,74	0,67	0,79	-43%	17%
MBF/RB	und.	0,90	0,91	0,96	0,86	-4%	-10%
MBF/Qh/d	R\$/dia	22,28	59,38	71,63	78,84	254%	10%
TI	und.	0,39	0,63	0,95	0,66	70%	-30%

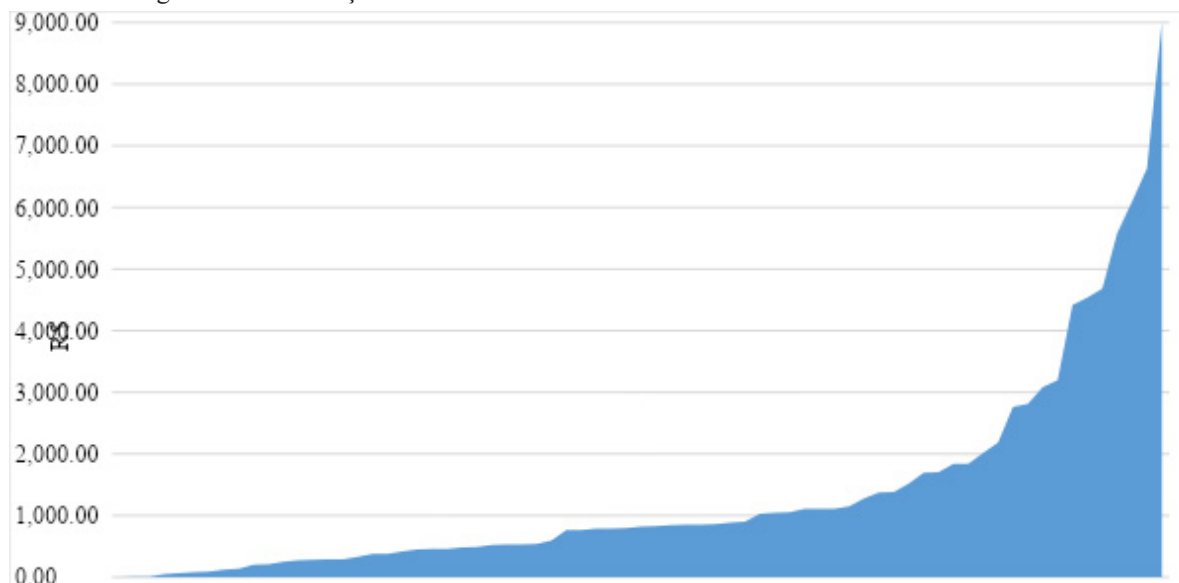
RB - Renda Bruta; RL - Renda Líquida; MBF - Margem Bruta Familiar; CF - Custo Fixo; CV - Custo Variável; VBCC - Bens de Consumo Comprados no Mercado; LDM - Linha de Dependência do Mercado; AC - Autoconsumo; NV - Nível de Vida; IEE - Índice de Eficiência Econômica; TI - Termo de Intercâmbio; Qh/d - quantidade homem dia.

Fonte: Resultados da pesquisa (2020).

Em termos de desigualdade de renda, a Figura 4 demonstra que existe uma profunda diferença de renda bruta auferida pelas famílias da RESEX Chico Mendes. Enquanto existem produtores que não geraram nenhum tipo de renda da produção, outros obtiveram acima de R\$ 8 mil reais mensais. A renda bruta mediana corresponde a aproximadamente R\$ 820/mês, o que significa dizer que metade das famílias possui renda inferior a esse valor, que é menor até mesmo em relação ao salário mínimo. Essa condição é resultante também das dificuldades produtivas e tecnológicas encontradas por algumas famílias, como, por exemplo, escoamento da produção.

Esse contraste revela, que mesmo dentro de uma RESEX – que é uma política de Estado conduzida para corrigir injustiças sociais e conter o avanço do desmatamento –, existe uma atuação das forças de mercado que seleciona apenas os produtores familiares mais competitivos, assim como observado nas cadeias produtivas suína, avícola, lácteo e de flores, que excluem os produtores com menor escala e com localização desfavorável, o que é incompatível com os objetivos iniciais de implementação das RESEX.

Figura 4 – Distribuição de renda entre as UPFs da RESEX Chico Mendes – 2018/2019.



Fonte: Resultados da pesquisa (2020).

No que diz respeito a distribuição de renda, a Tabela 22 apresenta alguns índices convencionais que mensuram essa variável e explicam as mudanças que ocorreram nos últimos 24 anos. A avaliação do índice de Gini demonstra que houve ao longo dos períodos de 1996/1997, 2005/2006 e 2014/2015 uma manutenção do nível de distribuição de renda entre, oscilando entre 0,45 e 0,49. Entretanto, no período mais recente (2018/2019) ocorreu uma aceleração no crescimento do Gini para 0,67, apontando uma variação de 36% em relação ao período inicial, provavelmente devido a limitação da produção dos principais produtos extrativistas que carecem urgentemente de inovações tecnológicas para a promoção de alternativas produtivas sustentáveis. Essa condição também reforça a hipótese de que está ocorrendo apenas a seleção dos produtores mais rentáveis.

O percentil dos produtores 10% mais ricos aponta uma redução em torno de 53,8% nos últimos 20 anos, parecendo até contraditório com o índice de Gini, o que merece estudos mais detalhados. Porém, a redução também do percentil do 50% mais pobres, pode indicar a concentração/readequação em outros estratos/percentis de renda, bem como a disseminação de rendas mais baixas e, portanto, de mais pobreza e extrema pobreza entre as famílias estudadas, que podem ser observados pela estratificação das famílias.

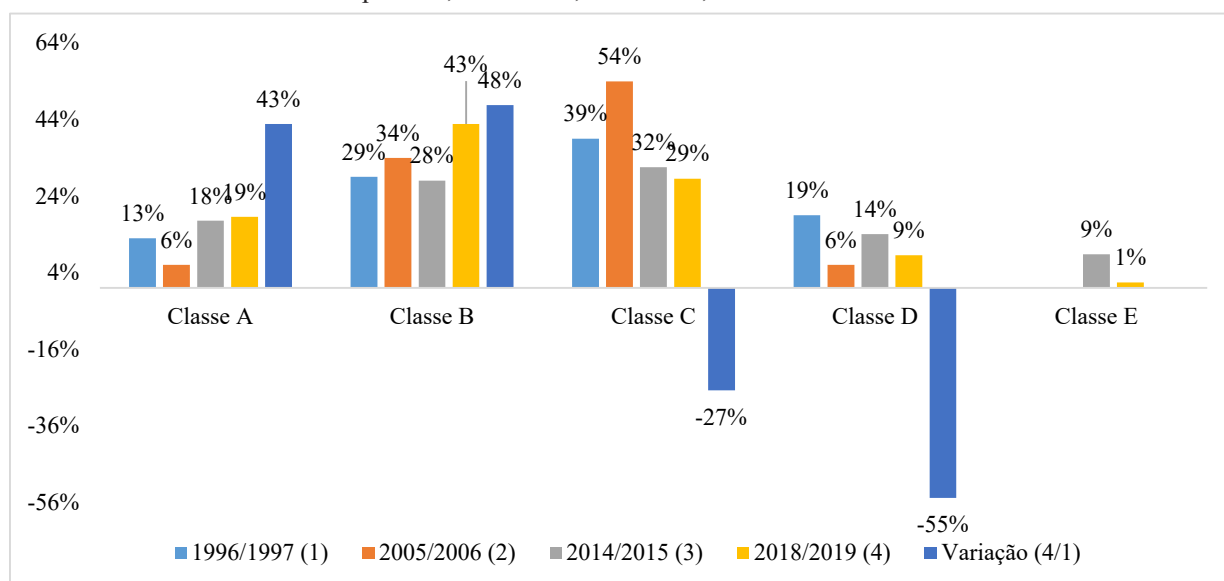
Tabela 22 – Indicadores de desigualdade de renda - RESEX Chico Mendes – Acre – 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015 e 2018/2019.

Indicadores	1996/1997 (A)	2005/2006 (B)	2014/2015 (C)	2018/2019 (D)	Variação (D/A)	Variação (D/B)
Gini	0,49	0,45	0,48	0,67	36%	48,33%
% renda 10%+	25%	16%	4%	7%	-70%	-53,80%
% renda 50%-	25%	31%	22%	23%	-9%	-26,48%
Razão entre 10%+ / 50%-	1	0,51	0,17	0,32	-68%	-36,40%

Fonte: Resultados da pesquisa (2020).

Diante da estratificação por classes de renda e determinação das linhas de pobreza (D) e extrema pobreza (E), a Figura 5 demonstra como ocorre a distribuição de renda entre as famílias da RESEX Chico Mendes, considerando o nível de vida em termos monetários. Destaca-se que, na primeira década, o levantamento realizado nos dois períodos não identificou a presença de famílias na faixa de extrema pobreza na região de estudo. No entanto, o levantamento do terceiro período (2014/2015) constatou que 9% das famílias encontram-se em situação de extrema pobreza e no período mais recente (2018/2019) 1% das famílias encontravam-se nessa faixa. Por outro lado, no outro estrato extremo, classe A, houve uma evolução de 35% nas duas últimas décadas, corroborando os resultados do retorno do índice de Gini aos patamares de 1996/1997.

Figura 5 – Estratificação das famílias da RESEX Chico Mendes, por rendimentos (Nível de Vida), de acordo com a linha de pobreza, 1996/1997, 2005/2006, 2013/2014 e 2018/2019.



Fonte: Resultados da pesquisa (2020).

Os resultados identificados para o índice de Gini constatou que em um primeiro momento, entre os períodos 1996/1997 e 2005/2006, avanços consideráveis no que diz respeito a condução de políticas públicas de distribuição de renda, bem como no processo de amenização da pobreza dentro da RESEX Chico Mendes, que tem como exemplos a Lei Chico Mendes⁶³ e também a valorização do preço da castanha. No entanto, nos períodos mais recentes (2014/2015 e 2018/2019), observa-se que as políticas públicas implementadas para melhorar a distribuição de renda e erradicação da pobreza chegaram ao limite e, provavelmente, não houve modificações consideráveis e ajustes para garantir a efetividade, pois constatou-se que o nível de concentração de renda resultou em uma acentuada elevação em relação ao primeiro período, além do aparecimento de famílias em situação de extrema pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou identificar a forma de distribuição de renda e pobreza na RESEX Chico Mendes, considerando os períodos 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015 e 2018/2019, bem como avaliar o desempenho econômico das famílias assentadas e as principais mudanças produtivas ocorridas no período.

As dificuldades produtivas, tecnológicas e até mesmo institucionais mostraram que afetam diretamente o desempenho econômico das famílias. Constatou-se uma acentuada redução na renda bruta auferida pela população, sendo até mesmo inferior ao salário mínimo vigente (R\$ 1.045,00). Aliado a esse processo, percebeu-se uma forte redução do autoconsumo, que é uma das características e fortalezas essenciais da produção familiar rural, afetando diretamente o nível de vida das famílias e preocupante maior dependência da aquisição de bens de consumo no mercado.

No tocante a distribuição de renda e pobreza, o índice de Gini apontou que houve uma limitação nas políticas implementadas, uma vez que vinte anos depois do primeiro levantamento o índice voltou aos patamares iniciais. Além disso, a estratificação de classes de renda mostrou claramente a necessidade de políticas públicas que sejam contundentes para a erradicação da pobreza, pois nos dois primeiros períodos não foram evidenciados a presença de famílias em situação de extrema pobreza, o que foi constatado no período recente.

O cenário encontrado dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes acena para a formulação de políticas públicas específicas e voltadas para o incentivo e fortalecimento da produção e da renda rural, por meio do acesso às tecnologias e da exploração sustentável dos recursos naturais, de modo que garanta a reprodução social das famílias na floresta.

Portanto, torna-se primordial o avanço de estudos a respeito da geração e distribuição de renda e pobreza entre as comunidades florestais, de modo que busquem auxiliar na condução e implementação de políticas adequadas para o incentivo de alternativas produtivas sustentáveis, que estejam em consonância com os preceitos do desenvolvimento sustentável e das propostas de implementação das Reservas Extrativistas.

⁷²Lei Estadual nº 1.277/99, que prevê o repasse de um subsídio estadual para cada kg de borracha comercializado no Estado do Acre, remunerando os serviços ambientais prestados pela comunidade extrativista.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Bases para formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília-DF, IPEA, Relatório final, 1998.
- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. da. *Novas Instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. Brasília, IPEA, 1999. 41 p. (Texto para Discussão, 641).
- ALLEGRETTI, M. **Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento para a floresta Amazônica**. Fundação SEADE, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 23-29, 1989.
- ANGELSEN, A.; ANGELSEN, A.; JAGGER, P.; BABIGUMIRA, R.; BELCHER, B.; HOGARTH, N. J.; BAUCH, S.; BOERNER, J.; SMITH-HALL, C.; WUNDER, S. **Environmental Income and Rural Livelihoods: A Global-Comparative Analysis**. *World Development*, Vol. 64, p. 12–28, 2014.
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 519 p.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. e NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo, Brasiliense, 1996. (Primeiros Passos, 301)
- BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo: Reserva Extrativista Chico Mendes**. Xapuri-AC, 2006. 91p.
- BRASIL. Ministério do meio ambiente. **Áreas protegidas no Brasil – histórico das áreas protegidas**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/apbhist.html>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- BROWDER, J. O. **The limits of extractivism: Tropical forest strategies beyond extractive reserves**. *BioScience*, v. 42, n. 3, p. 174-182, 1992.
- CAMPOS, R. T. & CAMPOS, K. C. **Análise das medidas de renda, distribuição e pobreza dos Municípios da área de influência da Barragem Castanhão Ceará**. Rio Branco: 46º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) Julho 20-23, 2008.
- COSTA, S. S. M. **Caracterização Ambiental da Reserva Extrativista Chico Mendes (Acre-Brasil): Subsídios ao Plano de Manejo**. Florianópolis: UFSC, 2000. Tese (Doutorado em Ciências).
- DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo, Ícone, 1985. (América Latina)
- DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- DIAS-FILHO, M.; ANDRADE, C. **Pastagens no Trópico Úmido**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2006, 255 p.
- ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa**. Petrópolis: Vozes, 1987.

- FANTINI, C. A.; CRISÓSTOMO, C. F. **Conflitos de interesses em torno da exploração madeireira na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre, Brasil.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 4, n. 2, 2009, p. 1-17
- GOESCHL, T.; IGLIORI, D. C. **Property Rights for Biodiversity Conservation and Development: extractive reserves in the Brazilian Amazon.** *Development and Change*, Malden, v. 37, n. 2, 2006, p. 427-451.
- GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da moderna agricultura.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.
- GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- HALL, A. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e Conflito Social no Programa Grande Carajás (PGC).** Rio de Janeiro: Zahar, 1991. 300 p.
- HASSLER, M. L.; **A importância das unidades de conservação no Brasil.** Revista Sociedade & natureza, Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 79-89, 2005.
- HELFAND, S. PEREIRA, V. Determinantes da Pobreza Rural e Implicações para as Políticas Públicas no Brasil. pp.121-159. In: BUAINAIN, A. M. et.al. **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas.** Brasília: IICA, 2012. (Série desenvolvimento rural sustentável, v.16) 540 p.
- HOMMA, A. K. O.; MENEZES, A. J. E. A. de; MORAES, A. J. G. de. **Dinâmica econômica, tecnologia e pequena produção: o caso da Amazônia.** In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola –** Brasília, DF: Embrapa, p. 979-1010, 2014.
- HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: Limites e oportunidades.** Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993. 202 p.
- IBAMA; DISAM. SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO ACRE. Plano de Manejo. **Reserva Extrativista Chico Mendes.** Xapuri - AC, Dezembro de 2006.
- KAGEYAMA, A. A. (coord.) **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais.** In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro (Orgs.). **Agricultura e políticas públicas.** 2.ed. Brasília: IPEA, 1996, p. 113223. (IPEA, 127)
- LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** São Paulo, UNESP, 2004. (Estudos NEAD, 6)
- LIMA, D. M.; PERALTA, N. **Programas de transferência de renda em duas Unidades de Conservação na Amazônia brasileira e Sustentabilidade.** Novos Cadernos NAEA, v. 19 n. 2, p. 43-67, 2016.
- MACIEL, R. C. G. Ilhas de alta produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas. Campinas, Instituto de Economia/UNICAMP, 2003, 98 p. (Dissertação de

Mestrado).

_____. **Certificação ambiental: uma estratégia para conservação da floresta amazônica.** Campinas, Instituto de Economia/UNICAMP, 2007, 195 p. (Tese de Doutorado).

_____.; CAVALCANTE FILHO, P. G.; SOUZA, E. F. **Distribuição de Renda e Pobreza na Floresta Amazônica: Um Estudo a partir da Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes.** n. 32, v. 16, 2014, p. 136-153.

_____.; OLIVEIRA, O. F. de; CAVALCANTE FILHO, P. G.; RIBEIRO, L. N.; SILVA, G. S. A. L.; ARAÚJO, W. S.; MENEZES, H. C. da S.; ALMEIDA, A. M.; SILVA, I. H. B. Distribution of Income and Poverty in the Chico Mendes Extrative Reserve (Resex). **Journal of Agricultural Studies**, Vol. 7, N° 4, 2019.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores.** Brasília, NEAD/MDA, 2005. (Estudos NEAD, 11).

MEDEIROS, L. S. de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, FASE, 1989.
MEDEIROS, L. S. et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais; uma visão multidisciplinar.** São Paulo, UNESP, 1994.

_____.; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre, UFRGS, 1999. (Estudos Rurais)

RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. **Brazilian Protected Areas.** *Conservation Biology*, Washington, v. 19, n. 3, 2005, p. 612-618.

SANTOS, N. A.; BRANNSTROM, C. Livelihood Strategies in a Marine Extractive Reserve: implications for conservation interventions. *Marine Policy*, Cardiff, v. 59, 2015, p. 45-52.

SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N.; ROSA, S. L. C. (Orgs.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Brasília, UnB, 1998.

SILVA, J. G. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 239 p.

SOARES, S. S. D. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais.** Rio de Janeiro, 2009, 50 p.

SOUZA, E. F. **Os polos agroflorestais como política de desenvolvimento rural sustentável em Rio Branco no Acre: da proposição à realidade.** Viçosa: Departamento de Economia Doméstica/UFV, 2008. 187 p. (Mestrado em Economia Doméstica).

SOUZA, G. E. A. B. **Distribuição de terra e renda e consumo alimentar na Amazônia rural: análises a partir da PNAD e POF.** Campinas, Instituto de Economia/UNICAMP, 2017, 127 p. (Tese de Doutorado).

WANDERLEY, M. N. B. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba - SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 25-44, 2014.

Índice Remissivo

A

- Agricultura familiar 43, 67, 70, 71, 76, 79, 80, 81, 83, 100, 118, 119, 144, 158
Áreas de florestas 121
Autoconsumo 11, 19, 21, 34, 35, 37, 82, 84, 93, 98, 99, 111, 113, 117, 130, 132, 133, 140, 141, 142, 144, 145, 147, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158
Avaliação econômica 26, 27, 33, 147

B

- Bem-estar dos produtores 44

C

- Chico mendes 6, 7, 8, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157
Criação de gado bovino 26, 37

D

- Degradação ambiental 26, 96, 105
Desenvolvimento da região amazônica 67, 68
Desenvolvimento sustentável 6, 7, 8, 12, 16, 18, 24, 26, 27, 29, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 67, 68, 69, 83, 84, 85, 88, 90, 94, 102, 103, 105, 106, 117, 121, 122, 123, 124, 142
Desestruturção do extrativismo 102
Desflorestamentos 12, 21, 26, 27, 48, 68, 86, 105, 121
Desigualdade de renda 11, 102, 114, 116, 140
Desmatamentos 7, 18, 28, 31, 32, 40, 46, 50, 53, 85, 97, 103
Dinâmica inovativa 67
Distribuição de renda 8, 11, 102, 104, 107, 111, 112, 115, 116, 117, 140, 142, 151

E

- Exploração 8, 18, 19, 21, 27, 29, 36, 44, 45, 46, 47, 82, 88, 89, 97, 106, 117, 119, 125, 157
Extrativistas 6, 8, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 51, 52, 54, 55, 65, 66, 67, 70, 83, 85, 86, 87, 88, 92, 94, 96, 99, 106, 107, 108, 115, 119, 121, 124, 125, 129, 133, 134, 138, 142, 146, 150

F

- Famílias assentadas 77, 78, 80, 81, 82, 102, 104, 117, 128, 140, 142, 156
Floresta amazônica 15, 24, 27, 41, 43, 50, 51, 65, 68, 83, 99, 120, 123, 124, 138, 139

G

Gado bovino 7, 11, 12, 16, 18, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 84, 85, 96, 97, 99

Garantia da propriedade da terra 11, 85, 94

I

Identidade cultural 15

Índice de gini 102, 111

Insegurança alimentar 11, 140, 142, 145, 149, 156, 158

L

Linha de pobreza 102, 107, 112, 116, 120, 151, 154, 157

Luta pela posse da terra 7, 26, 27, 28, 29, 45, 46, 85, 94, 99, 105, 106, 121, 123

M

Mecanização do setor agropecuário 102

Mindset 15

Movimento social seringueiro 15, 22, 29, 45, 85, 123

Movimentos sociais 49, 67, 90, 103, 105, 120

Mudança de mindset 15, 24

N

Níveis de pobreza 91, 102, 104, 112, 140

P

Pastagens 18, 27, 28, 31, 38, 40, 41, 46, 85, 96, 97, 99

Pecuária 7, 12, 18, 20, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 40, 41, 46, 52, 53, 66, 68, 69, 84, 88, 97, 99, 103

Pequenos produtores rurais 140

Pobreza 84, 102, 106, 112, 119, 120, 138, 140, 150, 152, 156, 157, 158

Políticas públicas 8, 10, 12, 27, 29, 30, 32, 45, 47, 49, 64, 65, 67, 68, 69, 82, 86, 105, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 127, 137, 141, 142, 143, 157

Preservação/conservação 15

Preservação da amazônia 15

Preservação da floresta 67

Problemas socioeconômicos e ambientais 26, 102, 103, 121, 123

Processo desenvolvimentista na amazônia 44

Produção comercial de gado bovino 12, 26

Produção e destinação de resíduos sólidos 121

Produção familiar rural 6, 7, 10, 12, 26, 27, 67, 71, 76, 82, 98, 109, 113, 117, 147

Projeto aspf (análise socioeconômica da produção familiar rural do acre) 67

R

Recursos naturais 6, 8, 23, 29, 30, 31, 32, 41, 42, 44, 47, 48, 53, 70, 82, 86, 88, 104, 105, 106, 117, 123, 124, 125, 134, 157

Reforma agrária 32, 49, 51, 71, 85, 87, 88, 91, 103, 120, 142

Reservas extrativistas (resex) 15, 24, 26, 49, 68, 69, 88, 94, 102, 125, 142

Resex chico mendes 7, 8, 31, 32, 49, 67, 68, 70, 81, 140, 141, 150, 151

Resíduos sólidos 12, 61, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Resultados econômicos 26, 36, 37, 44, 102, 121, 140

S

Segurança alimentar 11, 84, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 149, 150, 155

Sistemas básicos de produção familiar rural 33, 44, 54, 138, 140, 157

Sustentabilidade 8, 30, 31, 44, 48, 53, 69, 70, 71, 73, 82, 86, 89, 90, 124, 127, 139

T

Tecnologias sustentáveis 12, 67

Trabalhadores rurais 67

Tradição seringueira 11, 15, 21


U


Unidades de conservação 7, 23, 26, 29, 32, 51, 68, 85, 86, 87, 99, 106, 119, 121, 124, 125

Uso da terra 11, 16, 18, 19, 21, 24, 30, 40, 47, 48, 82, 85, 86, 88, 90, 92, 96, 99



editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 



editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 